



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo nº: 00600-00002490/2021-43-e.

Interessado: TCDF

Assunto: Estudos sobre a inclusão do reembolso do Programa Pró-Saúde na base de cálculo da licença-prêmio em pecúnia.

Ementa: Decisão nº 48/2021-AD. Inclusão das parcelas do abono de permanência e do auxílio-alimentação na base de cálculo da licença-prêmio convertida em pecúnia. Realização de estudos com vistas a verificar a possibilidade de inclusão também do reembolso do Programa Pró-Saúde na mesma base de cálculo. Seleg, Segep e Segedam sugerem a inclusão do reembolso do Pró-Saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio. Considerações. **Consultoria Jurídica da Presidência:** Parecer convergente com as unidades instrutivas.

P A R E C E R Nº 039/2022-CJP

Tratam os autos, neste momento, de estudos sobre a possibilidade de ser incluído o reembolso do Programa Pró-Saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, em cumprimento ao item V¹ da Decisão nº 48/2021-AD.

Inicialmente o Serviço de Legislação de Pessoal, à peça 57, por meio da Informação nº 351/2022 – Seleg, discorreu acerca do entendimento desta Corte de Contas quanto à inclusão das parcelas do auxílio-alimentação e do reembolso do

¹ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, que aderiu aos ajustes apresentados pelo Revisor, Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, decidiu: (...) V – autorizar a devolução dos autos à SEGEDAM, para os devidos fins, determinando que leve a efeito estudo acerca da viabilidade jurídica da integração do auxílio-saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença - prêmio. Vencido o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU, que votou pelo acolhimento do Parecer nº 106/2021-CJ, da Consultoria Jurídica da Presidência (e-DOC EE5A6BD1, peça 25).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Programa Pró-Saúde na conversão em pecúnia, ressaltando que pleito anterior restou indeferido por força da Decisão nº 50/2020 – AD (e-DOC 34054F1C).

Após discorrer sobre a instrução transata, entendeu o Seleg *“que é preciso seguir a mesma lógica trilhada pela Decisão nº 48/2021 – AD para o auxílio-alimentação, de modo a se evitar contradições com benefícios pecuniários de mesma natureza jurídica.”*. E continuou: *“Além disso, sabe-se que as decisões exaradas pelo Tribunal, mesmo as que se destinam à área administrativa, configuram atos jurídicos de observância obrigatória por seus destinatários.”*

Para melhor elucidar a matéria, pede-se vênica para transcrição de excerto do expediente nº 351/2022 – Seleg:

8. Conquanto ainda se incline para esse entendimento, uma vez que o reembolso do Pró-Saúde é verba indenizatória e, como tal, não pode ser computado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária (art. 103, inciso III, da LC nº 840/11), entende este Serviço que é preciso seguir a mesma lógica trilhada pela Decisão nº 48/2021-AD para o auxílio-alimentação, de modo a se evitar contradições com benefícios pecuniários de mesma natureza jurídica. Além disso, sabe-se que as decisões exaradas pelo Tribunal, mesmo as que se destinam à área administrativa, configuram atos jurídicos de observância obrigatória por seus destinatários.

9. Assim, na peça 7, quando do reexame do requerimento da Assecon sobre a inclusão do abono de permanência e do auxílio-alimentação na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, este Serviço se atentou à evolução jurisprudencial sobre o tema, de modo que manifestou ali posicionamento favorável à inclusão do abono de permanência, tendo em vista a superveniência de diversos fatos relevantes, recorrentes e substanciais sobre a matéria, a exemplo do Parecer nº 645/2018 – PRCON/PGDF e do trânsito em julgado do MS nº 0717629- 47.2018.8.07.0000 no TJDF. Quanto ao auxílio-alimentação, este Serviço manteve o posicionamento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

pelo indeferimento da sua inclusão na base de cálculo, proposta que foi superada no decorrer da instrução, como se sabe. Eis, portanto, os seguintes trechos da Informação nº 354/2021 – Seleg, os quais demonstram a revisão do posicionamento da Unidade quanto ao abono de permanência, tendo em vista os entendimentos jurisprudenciais sobre o assunto:

.....

20. Nesta oportunidade, malgrado este Serviço tenha se posicionado pela impossibilidade também de se incluírem as parcelas do abono de permanência na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, de acordo com as razões expostas, não se podem afastar, para a presente análise, as importantes manifestações de defesa da inclusão dessa parcela não só trazidas no requerimento de peça 1, mas verificadas em todo o decorrer da discussão da matéria neste Tribunal e no Poder Judiciário. Quer-se dizer, por conseguinte, que parece ser este o momento de poder reavaliar o entendimento até então sustentado, sobretudo de modo a se evitar o engessamento do direito administrativo e o seu desnecessário distanciamento dos provimentos judiciais. A medida reveste-se, na prática, do uso legítimo da técnica do overruling na seara administrativa, uma vez que o raciocínio trilhado até o momento sobre o abono de permanência, de modo geral, parece estar em desacordo com os precedentes decisórios jurisprudenciais, inclusive de natureza administrativa.

21. Nesse contexto, em primeiro lugar, cabe citar o Parecer nº 645/2018 – PRCON/PGDF, lançado no Processo nº 00052-00014712/2018-19, devidamente aprovado em 17.08.2018. Eis a Ementa:

Inclusão do abono de permanência na base de cálculo da licença-prêmio indenizada. Entendimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

do Superior Tribunal de Justiça. Natureza jurídica de verba permanente.

22.No desenrolar da matéria discutida, atinente à possibilidade de haver a incidência da parcela referente ao abono de permanência na base de cálculo da licença prêmio indenizada, a PGDF manifestou entendimento expresso favorável ao pleito, usando como amparo o entendimento do STJ sobre a natureza permanente do abono de permanência, assim como a legislação federal até então aplicável (Lei nº 8.112/90).

23. De fato, verifica-se que o posicionamento majoritário e recorrente do STJ acerca do assunto é favorável à inclusão da parcela do abono de permanência na base de cálculo, como defendido no requerimento de peça 1 e em outros Processos em curso neste Tribunal.

[...]

26. Trazendo essa sistemática para a presente análise, é importante informar que STJ chegou a receber a possibilidade da incidência do abono de permanência em serviço na base de cálculo da licença-prêmio não gozada convertida em pecúnia como assunto de natureza Repetitiva, na forma do Tema 914. Em seguida, porém, o assunto foi retirado do rito dos Repetitivos, conforme o REsp 1.489.267/RS e o REsp 1.489.930/RS.

27.De todo modo, pelo exposto, não se pode ignorar que o STJ reiteradamente tem considerado o abono de permanência parcela permanente integrante do cálculo da licença-prêmio em pecúnia. Assim como o fez a PGDF no Parecer nº 645/2018 – PRCON/PGDF, imagina-se que também o TCDF possa caminhar no mesmo sentido, nesta oportunidade.

28.O próprio STJ já reconheceu, sob o rito dos Repetitivos (Tema 424), sujeitam-se à incidência do Imposto de Renda



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

os rendimentos recebidos a título de abono de permanência, dando ensejo à interpretação de que essa verba é mesmo remuneratória.

29.O TJDF, no julgamento do MS nº 0717629-47.2018.8.07.0000, transitado em julgado em 16.09.2020, também autorizou a inclusão do abono de permanência no cálculo do terço constitucional de férias, nos termos da Ementa a seguir reproduzida:

MANDADO DE SEGURANÇA. SINDIRETA. ABONO DE PERMANÊNCIA. VERBA DE NATUREZA REMUNERATÓRIA. CÔMPUTO NO CÁLCULO DO TERÇO DE FÉRIAS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

- 1. O abono de permanência, consoante entendimento firmado pelo colendo STJ, ao julgar o REsp 1.192.556/PE, sob o rito dos recursos repetitivos, é verba que ostenta natureza remuneratória, de forma que os servidores substituídos ostentam direito líquido e certo ao seu cômputo no cálculo do terço constitucional de férias.*
- 2. Ordem concedida.*

.....

10. A Decisão nº 48/2021-AD tomou como amparo decisões do STJ em que a Corte expressamente permitiu a inclusão do abono de permanência na base de cálculo da licença-prêmio convertida em pecúnia. Embora os julgados citados no item III.a se destinem ao abono de permanência, fato é que o Decisum estendeu os efeitos também ao auxílio-alimentação. Vale anotar que o STJ possui jurisprudência permissiva à incorporação da saúde suplementar na mesma base de cálculo, como trazido no requerimento de peça 1. Eis o seguinte exemplo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. INCLUSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA E DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO PARA FINS DE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO. AGRAVO INTERNO DO DISTRITO FEDERAL DESPROVIDO. 1. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento adotado por esta Corte de que as rubricas que compõem a remuneração do Servidor deverão ser incluídas na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, dentre elas o auxílio-alimentação, o abono de permanência e a saúde suplementar. Nesse sentido: REsp. 1.489.904/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 4.12.2014. 2. Agravo Interno do DISTRITO FEDERAL desprovido. AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 475.822 - DF (2014/0037722-2)

11. O TJDF, no Acórdão 1166608 (Processo nº 07399693420188070016), reiterou seu posicionamento favorável à inclusão do auxílio-saúde na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia. Assim está redigida a Ementa:

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. APOSENTADORIA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. BASE DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO. REMUNERAÇÃO QUANDO DA APOSENTAÇÃO. INCLUSÃO NO CÁLCULO DE ABONO DE PERMANÊNCIA, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO-SAÚDE. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO. PRELIMINAR REJEITADA E PROVIDO. I. Não havendo infringência ao princípio da dialeticidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

recursal, rejeita-se a preliminar de não conhecimento do recurso. II. Consoante posicionamento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, em diversas ocasiões, o abono de permanência tem caráter remuneratório e é uma vantagem de caráter permanente, que se incorpora ao patrimônio jurídico do servidor de forma irreversível, vindo a cessar somente com o implemento da aposentadoria. Assim, esta rubrica deve ser incluída na base de cálculo da indenização pelo não gozo de licença-prêmio. Precedentes. III. Em outra ocasião, quando do julgamento de recurso ajuizado pelo Distrito Federal, o STJ, firmou entendimento de que, além do abono de permanência, o auxílio-alimentação e auxílio-saúde também compõem a remuneração do servidor e devem ser incluídas na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia. Precedente. IV. Outro não é o entendimento desta casa, que já se manifestou em diversas oportunidades sobre o assunto. Precedentes. V. Recurso conhecido, preliminar de não conhecimento do recurso rejeitada e provido. (Acórdão n.1166608, 07399693420188070016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 24/04/2019, Publicado no DJE: 16/05/2019.

12. A esse respeito, não é demais iterar que, para a administração pública, ainda é possível argumentar que os efeitos desses julgados possuem força meramente persuasiva (persuasive force), e não vinculante (binding force), já que, em respeito à organicidade do direito constitucional, apenas as súmulas vinculantes e as decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade vinculam também a administração pública (arts. 102, §2º, e 103-A, caput, da CRFB).

13. De todo modo, considerando que a Decisão nº 48/2021-AD permitiu a incorporação do auxílio-alimentação por



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

força de manifestação jurisprudencial do STJ, o mesmo deve valer para o reembolso do Pró-Saúde, que, considerado uma espécie de auxílio-saúde, também já foi objeto de decisão do STJ favorável à sua inclusão na base de cálculo da licença-prêmio, assim como do TJDFT.

14. Como reforço, vale ainda acrescentar que o nobre Conselheiro Manoel de Andrade, em seu Voto de Vista, à peça 32, opinou favoravelmente à inclusão auxílio-saúde (reembolso do Pró-Saúde) na base de cálculo da licença-prêmio indenizada, como se vê:

.....
*Dessa sorte, considerando a tese central da discussão travada na seara judicial, referenciada no Voto do Relator – integrar a remuneração do servidor, **entendo razoável deduzir que desde a edição da LC n.º 840/11 seria admissível que o abono de permanência, o auxílio-alimentação e o auxílio-saúde (reembolso do Pró-Saúde), consideradas pela referida lei complementar vantagens de caráter indenizatório componentes da remuneração, viessem a integrar a base de cálculo da licença-prêmio indenizada.***

Por hipótese, caso viesse a exercer o direito de gozar a licença-prêmio durante o período de atividade, o servidor iria perceber, por ocasião do afastamento, a remuneração com a inclusão do abono de permanência, do auxílio-alimentação e do auxílio-saúde (reembolso do Pró-Saúde). Nesse sentido, não soaria razoável conferir tratamento pecuniário diferenciado entre o exercício do direito de gozo da licença e a sua respectiva indenização, levando a um enriquecimento indevido pela Administração.

[...]

Como se pode notar, tanto o STJ quanto o TJDFT assentaram que, a exemplo do abono de permanência, o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

auxílio-alimentação e o auxílio-saúde devem integrar a base de cálculo da licença-prêmio indenizada, sendo possível, a meu ver, ante a discussão levada a efeito nestes autos, harmonizar o comando da LC n.º 840/11 com a compreensão que tem prevalecido nos referidos tribunais, posto se tratar de relação de complementariedade para fins distintos. (negrito)

.....

15. Quanto aos efeitos financeiros, igualmente se propugna o entendimento pelo marco já definido na Decisão nº 48/2021-AD (23.02.2015), com a ressalva dos estudos que estão sendo conduzidos no Processo nº 00600-00013753/2021-40-e. Nesses estudos, este Serviço lançou a seguinte proposta, com base nas razões jurídicas ali carreadas, a qual também pode ser estendida à inclusão do reembolso do Programa Pró-Saúde na base de cálculo:

I – aos servidores aposentados entre 23.02.2015 e 16.11.2016 com processos sobrestados, aplica-se a metodologia de cálculo definida pela Decisão nº 48/2021-AD quanto à integração das parcelas do abono de permanência e do auxílio-alimentação na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, com fundamento nos arts. 1º, 4º e 9º do Decreto nº 20.910/32, c/c o art. 175 da LC nº 840, o art. 191 do CC/2002, o art. 3º do Decreto-Lei nº 4.597/42 e, especialmente, o Tema 516 – STJ e o princípio da actio nata;

II – os servidores que se aposentaram antes de 23.02.2015 e requereram a inclusão das verbas após esse marco não se inserem no campo de abrangência da Decisão nº 48/2021-AD, notadamente quanto à inclusão das parcelas do abono de permanência e do auxílio-alimentação na base de cálculo da licença-prêmio convertida em pecúnia, mesmo que tenham processos sobrestados, uma vez que o termo que dá ensejo à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

conversão em pecúnia em favor do servidor inativo é a sua aposentadoria, independentemente de ter protocolizado requerimento de revisão;

III – os servidores que se aposentaram entre 23.02.2015 e 16.11.2016, mas não requereram a inclusão das verbas mencionadas pela Decisão nº 48/2021-AD, fazem jus à revisão caso não tenham sido alcançados pela prescrição quinquenal a contar da data do pagamento dos primeiros acertos da licença-prêmio, de acordo com o princípio da actio nata;

IV – os servidores que se aposentaram antes de 23.02.2015 e não requereram a inclusão encontram-se na mesma situação jurídica dos servidores que se aposentaram antes de 23.02.2015 e requereram a revisão (item II);

V – os servidores que se aposentaram antes de 23.02.2015, mas requereram a revisão após cinco anos da aposentadoria, também se enquadram na situação do item II.

16. Ante o exposto, tendo em vista o desfecho dado pelo Plenário ao auxílio-alimentação via Decisão nº 48/2021-AD, que guarda mesma natureza jurídica do reembolso do Programa Pró-Saúde deste Tribunal, ambos constituindo benefícios indenizatórios, sugere-se o prosseguimento dos presentes estudos à Alta Direção com a proposta de inclusão também do reembolso do Pró-Saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, haja vista, outrossim, a jurisprudência do STJ e do TJDF por diversas vezes suscitada no estudo da matéria e o Voto de Vista de peça 32, acolhendo, para tanto, o marco temporal definido no item III.a da Decisão nº 48/2021-AD e observado o que vier a ser decidido no Processo nº 00600- 00013753/2021-40-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Em sua cota de participação, a Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Informação nº 170/2022 – Segep, sugeriu as seguintes providências:

I – conhecer das informações prestadas pelo Serviço de Legislação de Pessoal – SELEG, consubstanciadas na Informação nº 351/2022 (peça 57), favoráveis à inclusão do reembolso do Pró-Saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, consoante a jurisprudência do STJ e do TJDF e o entendimento vertido na Decisão nº 48/2021;

II – submeter o assunto em pauta ao crivo da preclara Consultoria Jurídica da Presidência deste Tribunal de Contas;

III – na sequência, submeter o assunto em pauta à apreciação e deliberação do e. Plenário, sendo assim atendida a determinação proferida no item V da Decisão nº 48/2021 – AD;

IV – quanto ao marco temporal proposto no desfecho do parágrafo 16 da Informação nº 351/2022 - Seleg (peça 57), sugere-se que seja avaliada a possibilidade de ser aplicado o que vier a ser decidido no Processo nº 00600- 00013753/2021-40-e, no qual estão em andamento estudos especiais, determinados pela Decisão nº 63/2021, com vistas a determinar a abrangência temporal dos efeitos da Decisão nº 48/2021-AD.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados à Secretaria-Geral de Administração, que exarou a Informação nº 56/2022 – Segedam. Na sequência, por meio do Despacho da Presidência s/nº, os autos foram remetidos a esta Consultoria Jurídica para exame e manifestação.

Eis breve o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Cuidam os autos, neste momento, de estudos sobre a possibilidade de ser incluído o reembolso do Programa Pró-Saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio, **em cumprimento ao item V da Decisão nº 48/2021-AD**, a seguir transcrito, *in verbis*:

V – autorizar a devolução dos autos à SEGEDAM, para os devidos fins, determinando que leve a efeito estudo acerca da viabilidade jurídica da integração do auxílio-saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio.

Com efeito, como posto pelo Seleg, esta Corte de Contas já se manifestou no sentido de que o reembolso do Programa Pró-Saúde não integra a base de cálculo da conversão em pecúnia da licença prêmio. Nesse sentido a Decisão nº 50/2020 – AD, proferida no bojo do Processo nº 9.100/2020-e.

Para tanto, a tese trilhada pelo tribunal fundamentou-se, em apertada síntese, no artigo 103² da LC nº 840/11, ao dispor que as verbas indenizatórias não podem, por exemplo, ser incorporadas à remuneração e ao subsídio, tampouco computadas para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

Nessa linha, baseou-se também no artigo 16³, § 2º, da Resolução nº 266/13, que expressamente conferiu caráter indenizatório ao reembolso parcial a título do Programa Pró-Saúde.

² **LC 840/11. Art. 103.** O valor das indenizações não pode ser: I – incorporado à remuneração ou ao subsídio; II – computado na base de cálculo para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para a previdência social, ressalvadas as disposições em contrário na legislação federal; III – computado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

³ **Resolução 266/13. Art. 16.** Considera-se despesa reembolsável, para efeito do inciso II do artigo anterior, aquela efetiva e comprovadamente realizada pelo beneficiário-titular com o pagamento da mensalidade à operadora de plano de saúde ou seguro-saúde, bem como com o pagamento de mensalidade de serviço de atendimento e remoção domiciliar em casos de emergência médica, em seu favor e/ou dos respectivos dependentes regularmente inscritos no PRÓ-SAÚDE. (Artigo alterado(a) pelo(a) Resolução 321 de 19/02/2019)

(...) § 2º O reembolso parcial das despesas pelo TCDF possui caráter indenizatório, desde que comprovadas nos termos deste Regulamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Alicerçou-se, também, nos artigos 139⁴ e 142⁵ da LC 840/11, que tratam especificamente quanto à aquisição e à conversão em pecúnia das licenças-prêmio adquiridas e não gozadas.

Ocorre que, como delineado pela instrução, o Tribunal conferiu tratamento díspare ao auxílio-alimentação, que também possui natureza de verba indenizatória, consoante Decisão nº 48/2021 – AD.

Nesse passo, a fim de evitar tratamento diferenciado à situações semelhantes e, ainda, na trilha da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o Seleg concluiu os estudos propondo a reavaliação do entendimento firmado pelo Plenário, para a inclusão, também, do reembolso do Pró-Saúde na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio.

Entende-se pertinente a proposta, consoante argumentos trazidos na instrução e no Voto Vista do i. Conselheiro Manoel de Andrade (visto à peça 32), tendo em vista a prolação de julgados relevantes admitindo a inclusão da saúde suplementar na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, em que pese não ser dotados de força vinculante, correspondem à fonte indireta do Direito Administrativo e orientam a atuação administrativa.

Nesse sentido, os já citados precedentes: REsp. 1.489.904/RS, Relatoria do Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 25.11.2014, publicado no DJe 4.12.2014 e o ARESF nº 475822/DF⁶, cujo trecho do Voto do Ministro Relator Napoleão Nunes Maia Filho, segue:

⁴ **LC 840/11**. Art. 139. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a 3 meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive da retribuição do cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada escolar - FGE que eventualmente exerça. (Artigo alterado(a) pelo(a) Lei Complementar 952 de 16/07/2019) (Artigo regulamentado(a) pelo(a) Decreto 40208 de 30/10/2019)

⁵ **LC 840/11**. Art. 142. Os períodos de licença-servidor adquiridos e não gozados são convertidos em pecúnia em caso de falecimento do servidor ou quando este for aposentado compulsoriamente ou por invalidez. (Artigo alterado(a) pelo(a) Lei Complementar 952 de 16/07/2019).

⁶ ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. INCLUSÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA E DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO PARA FINS DE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

*7. Ao decidir dessa forma, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento adotado por esta Corte de que as rubricas que compõem a remuneração do Servidor e que deverão ser incluídas na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, dentre elas o auxílio-alimentação, o abono de permanência e a **saúde suplementar**. (original sem destaque).*

Ademais, a assimetria no tratamento das situações poderia provocar insegurança jurídica, não se desconsiderando a relevância do dever de coerência no âmbito da Administração Pública, e o dever de atuar com respeito aos seus precedentes administrativos.

Por fim, quanto ao marco temporal no caso de inclusão do reembolso do Pró-Saúde na base de cálculo da conversão da licença-prêmio, opina seja avaliada a utilização da abrangência temporal dos efeitos da Decisão nº 48/2021-AD, em estudos especiais nos autos do Processo nº 00600- 00013753/2021-40-e.

Destarte, restrita aos aspectos jurídico-formais, esta Consultoria Jurídica, com base na jurisprudência sobre o tema e diante da Decisão nº 48/2021 – AD, sugere:

- I - o conhecimento das informações das unidades administrativas;
- II - o acolhimento das Informações nº 351/2022 – Seleg, nº 170/2022 – Segep e nº 56/2022 – Segedam;

CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO. AGRAVO INTERNO DO DISTRITO FEDERAL DESPROVIDO. 1. O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento adotado por esta Corte de que as rubricas que compõem a remuneração do Servidor deverão ser incluídas na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, dentre elas o auxílio-alimentação, o abono de permanência e a saúde suplementar. Nesse sentido: REsp. 1.489.904/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 4.12.2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

III – a submissão do assunto em pauta à apreciação e deliberação do e. Plenário, sendo assim atendida a determinação proferida no item V da Decisão nº 48/2021 – AD;

VI – no caso de acolhimento pelo douto Plenário da inclusão do reembolso do Pró-Saúde na base de cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, que seja avaliada a possibilidade de ser aplicado o que vier a ser decidido no Processo nº 00600- 00013753/2021-40-e, no qual estão em andamento estudos especiais, com vistas a determinar a abrangência temporal dos efeitos da Decisão nº 48/2021-AD.

É o que nos parece.

Ao crivo do digníssimo Presidente desta Corte de Contas, não sem antes a apreciação do feito pelo Consultor Jurídico.

Brasília, 22 de março de 2022.

Amanda P Caetano
Assessora Jurídica

De acordo. Encaminhem-se os presentes autos ao Gabinete da Presidência, com vistas ao nobre relator do feito, Conselheiro Renato Rainha.

CARLOS AUGUSTO L. LOPES
Consultor Jurídico